

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e seis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Resende, sob a Presidência do Senhor Doutor Manuel Joaquim Garcez Trindade, secretariada pelos membros Senhores Professor Manuel Júlio Nunes da Costa e Doutor Pedro Manuel Soares Cardoso.-----

Faltou justificadamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Anreade.-----

HORA DE ABERTURA:- Eram quinze horas e vinte cinco minutos quando o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão.-----

PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

HORA DO PÚBLICO:-----

Não se registaram quaisquer intervenções.-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia comunicou ao Plenário que foram convocados para participar nesta Sessão os membros Senhores Professor Manuel Júlio Nunes da Costa e o Engenheiro Ricardo Manuel Carvalho Brás da Silva, ambos eleitos pela lista do Partido Socialista, para substituição, respectivamente, dos membros Senhor Joaquim da Conceição Sousa e Doutora Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira, eleitos pela mesma lista, ausentes por período inferior a trinta dias, conforme comunicações apresentadas. Comunicou ainda que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras, Enfermeiro Álvaro Augusto Matos Almeida, se fazia representar nesta sessão pelo substituto legal por si designado para o efeito o secretário da mesma Junta, Senhor Marco Jacinto de Almeida Matos.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

APROVAÇÃO DAS ACTAS:-----

Seguidamente foi colocada à discussão a acta da sessão ordinária anterior, de trinta do mês de Junho, tendo o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocado a mesma a votação, sendo aprovada a acta, por maioria, com três votos de abstenção dos membros Doutora Maria Olga Rodrigues Malheiro, Presidente da Junta de Freguesia de Miomães e Engenheiro Rui Miguel de Viseu Botelho Cardoso, por não estarem presentes na referida sessão.-----

Neste ponto da ordem de trabalhos o **Membro Senhor Albano António Alves dos Santos** fez a seguinte intervenção: “Esta minha intervenção não tem a ver com a acta, mas sim, para comunicar que a Doutora Teresa Pais passa a substituir a Doutora Cláudia Vieira na liderança da bancada do Partido Socialista, a pedido desta, uma vez que a própria, por força das suas responsabilidades de deputada, nem sempre pode estar presente nas sessões desta Assembleia Municipal, pois coincidem muitas vezes com os dias em que a mesma tem que estar na Assembleia da República.”-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu que esta comunicação fosse apresentada por escrito.-----

LEITURA DE EXPEDIENTE:-----

Foi feita a leitura do seguinte expediente:-----

- **Circular n.º 109/2006 – PB** da Associação Nacional de Municípios Portugueses a remeter o Comunicado relativo à posição da referida Associação sobre a Proposta de Lei das Finanças Locais;-----

Tomado conhecimento.-----

- **Circular n.º 112/2006 – PB** da Associação Nacional de Municípios Portugueses respeitante a Lei das Finanças Locais;-----

Tomado conhecimento.-----

- **Circular n.º 132/2006 – PB** da Associação Nacional de Municípios Portugueses respeitante à Proposta de Lei das Finanças Locais;-----

Tomado conhecimento.-----

- **Circular n.º 136/2006 – PB** da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativa à Lei das Finanças Locais.-----

Tomado conhecimento.-----

- **Regulamento do Plano de Pormenor da Área Empresarial de Anreade** – Para conhecimento.-----

Tomado conhecimento.-----

VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES:-----

O Grupo da Assembleia Municipal do PSD apresentou a seguinte proposta que se transcreve: “Na sequência do processo de “eliminação de papel”, levado a cabo pela Câmara Municipal de Resende (CMR), vem a Bancada do Partido Social Democrata (PSD), propor a esta Assembleia que, à semelhança da aquisição de computadores portáteis para todos os membros do Executivo Camarário; dos Senhores Vereadores da oposição e dos Senhores “Porta Voz” de cada partido representado na Assembleia Municipal (AM), Possa, também, a CMR adquirir um computador portátil para cada Senhor Presidente de Junta – se existirem condições financeiras para o efeito. Se os representantes do Município (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) necessitam de estar bem munidos deste tipo de equipamentos, os Senhores Presidentes de Junta têm a mesma necessidade. Sendo as Juntas de Freguesias cada vez mais solicitadas para a prestação de serviços à população, deve a própria Câmara Municipal, criar as melhores condições, para que aqueles que estão mais próximos dos cidadãos, possam exercer a sua função o mais eficientemente possível. O Grupo da Assembleia Municipal do PSD (Jaime Bernardino Alves)”.”-----

Doutor Jaime Alves: “Cumprimento a todos os presentes, penso que a proposta é clara e explícita, no entanto gostaria de deixar ficar uma nota penso que será necessário dar formação adequada aos senhores Presidentes de Junta, para saberem manusear os computadores, uma vez que até seria benéfico para a própria Junta que trata cada vez mais, os seus dados informaticamente.”-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fregil: “Penso que a proposta apresentada pela bancada do Partido Social Democrata, veio no seguimento da que eu apresentei na sessão anterior. Não admito que “porta voz” da bancada contrária se aproveitem das minhas ideias. Mais refiro que pela primeira vez apareço nesta Assembleia Municipal sem documentação, porque o e-mail não chegou.”-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “Pela primeira vez, foi utilizado o meio informático para o envio da documentação via e-mail. Fui informado, tal como todos os membros desta assembleia, que têm Internet, nomeadamente as Juntas de Freguesia, que havia um problema com a hotmail, mas, que a documentação estaria disponível em CD, e também nos líderes de bancada de cada Partido.-----

Relativamente à proposta apresentada, cujo custo é significativo, entendo dever a mesma baixar à Câmara, para que seja elaborado um estudo, que permita a avaliação dessa possibilidade. No entanto, há que ter em consideração também as limitações decorrentes do espaço físico disponível nas bancadas, que dispõem apenas de duas mesas, tendo depois os computadores que ficar assentes nos joelhos de cada um, sem esquecer a contenção orçamental a que estamos sujeitos.”-----

Doutor Jaime Alves: “Esta proposta está bem elaborada, “Se existirem condições para o efeito”. Se os senhores Presidentes de Junta tiverem formação é para lhes facilitar a vida no dia a dia. Se tivéssemos menos contratados e avençados, já dava.”-----

Professor Joaquim Rodrigo: “Subscrevo inteiramente a proposta apresentada. O computador é actualmente uma ferramenta de trabalho. Em relação aos custos, quinze

portáteis desta gama (iguais aos que foram facultados aos líderes dos grupos partidários), terão um custo que rondará os quinze mil euros. Penso que o mais difícil seria a logística de dar a formação aos senhores Presidentes de Junta.”-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Resende: “Ando a estranhar há uma temporada que determinadas instituições, entre as quais a Guarda Nacional Republicana se sirvam das Juntas de Freguesias, para resolverem as mais diversas questões. Nós não somos funcionários administrativos.”-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Estamos no início de uma transformação, não devemos dramatizar a situação. Admito esta proposta se não houvesse comunicação entre os líderes de bancada e os Presidentes da Junta de Freguesia. Algumas Juntas foram ao Governo Civil de Viseu, apresentaram uma candidatura com a ajuda da Câmara, pelo que ficarão muito bem apetrechadas, ao nível informático. Relativamente à formação lembro que temos o espaço Internet para dar formação contínua. Também podem as freguesias trazer população para fazer a formação. O assunto deve ser estudado, não há problema de maior, antigamente a documentação da Assembleia Municipal só era enviada aos líderes de bancada. Todas as Juntas estão informatizadas. Os líderes de bancada agora já têm PC’s, têm é de se organizar. No futuro veremos as necessidades.”-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freigil: “A Junta de Freguesia, não está obcecada por ter um portátil. Nós como Presidentes de Junta estamos a ser vistos como todos os membros e no entanto estamos a representar as freguesias, nós é que trazemos os problemas das freguesias.”-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação tendo a mesma sido não aprovada por maioria, com vinte e quatro votos do contra Partido Socialista e onze votos a favor do Partido Social Democrata.-----

ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS:-----

Neste ponto verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freigil: “Senhor Presidente da Câmara, alguém tem que ter coragem de o dizer. Os serviços municipais externos vão mal, concluo que a nível funcional têm um emprego para servir a população de um concelho, e não a Câmara nem ao Presidente da Junta de Freguesia de Freigil. Foi dito por eles que o presidente dava ordens no sentido “desenrascai e vinde embora”. A minha freguesia foram desentupir uma valeta e pedi para me retirarem a terra que estava ao pé da estrada, para um local distanciado a trinta metros da dita valeta. Não retiraram tudo e depositaram parte da tal terra a dez metros de distância, em propriedade particular e ainda me responderam que não andavam para se molhar. Um outro serviço urgente que aconteceu com a água, tive de ser eu a desenrascar. Existe uma grande falta de responsabilidade. Há muita gente a mandar e pouca gente a trabalhar. Alguns funcionários encontram-se nos cafés e nas esplanadas a falar mal da Câmara e digo os nomes se for preciso.”-----

Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Resende: “É lógico que algumas coisas que foram aqui ditas notam-se. Mas não acredito que o Presidente da Câmara tenha conhecimento. Houve uma reunião com os Presidente de Junta e o Presidente Câmara para resolver os assuntos de cada freguesia e temos que respeitar as hierarquias. Tenho levado à risca o que foi dito nessa reunião e tudo o que tenho pedido ao senhor Presidente da Câmara, tem sido mais ou menos atendido. Temos que reconhecer que nem tudo pode ser feito ao mesmo tempo.”-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Miomães: “Venho alertar para a necessidade de se taparem os buracos da estrada de Anreade para Miomães, aquela zona na altura das chuvas é perigosa.”-----

Professor Joaquim Rodrigo: “Em relação nas palavras do Senhor Presidente da Junta de

Resende queria dizer que se os Presidentes da Junta não precisam de vir a esta Assembleia para falar dos assuntos das suas freguesias, então proponho que se retire este item da ordem de trabalhos. E penso que os senhores presidentes de Junta estão aqui por inerência para que possam, de forma clara e transparente, tratar dos problemas que afectam as populações.”-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “Não considero que aquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freigil disse, seja para discutir no âmbito deste órgão, uma vez que para tal existem os espaços apropriados. Se o mesmo constatou alguma irregularidade, deve fazer uma reclamação aos serviços técnicos da Câmara, porque são assuntos de funcionamento dos serviços camarários. Como já disse não têm a ver com o âmbito desta Assembleia Municipal. Peço aos Presidentes da Junta de Freguesia para entenderem a diferença e apresentarem assuntos de interesse para as freguesias.”-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Resende: “Estou orgulhoso pelo pensamento que tenho, alguém me ouviu dizer que os Presidentes de Junta não deviam apresentar os seus problemas? Claro que não. São interpretações habilidosas que fazem. Eu simplesmente quis informar como e onde devem ser apresentados os diversos problemas.”-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freigil: “A Junta de Freguesia não tem autoridade para dar ordens a nenhum funcionário. A terra está lá à vista, não admito ter de fazer uma informação para se tirar de lá aquela terra. Mas quando é para fazer votações e atribuições a Junta vem aqui.”-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “Compreendo o que estão a dizer, no entanto estes assuntos são de funcionamento da Câmara. Têm que fazer um ofício a dar conhecimento destes casos. O que aqui deve ser discutido são os assuntos das Juntas, coisas de interesse geral das freguesias. Não compete à Assembleia Municipal deliberar sobre este assunto.”-----

ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:-----

Neste ponto verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Senhor Joaquim Correia: “Na sequência da questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Miomães, gostaria também de alertar para a situação da estrada em Barrô, entre os Moinhos e o limite da concelho, no lugar da Ribeira; Está muito degradada. Não adianta dizer aqui que está prevista uma intervenção não se sabe para quando, porque daqui até lá, os utilizadores que por lá são obrigados a passar correm o risco de já não terem carros. Em relação à carta que dirigiu aos munícipes na última página do Boletim Municipal, o Sr. Presidente da Câmara deu-nos uma novidade: Foram reduzidos cerca de vinte funcionários, ou seja, dez por cento do pessoal. Mas nesta matéria, seria interessante saber-se se o que é importante para o equilíbrio financeiro do município é a redução ao pessoal do quadro ou o que se está a gastar a mais com avençados? É que a Câmara Municipal nos últimos, tem vindo a fazer disparar as despesas com este tipo de pagamentos. Só para podermos ter uma ideia, note-se que no ano de 2005 a Câmara pagou a avençados cerca de quatrocentos mil euros, enquanto no ano de 2000 esse montante não chegava aos cinquenta mil euros. O que se pergunta é: será esta uma política correcta, ou o discurso não passará de uma habilidade linguística?”-----

Enfermeira Elsa Rodrigues: “Cumprimento a todos os presentes. Trago o novo programa funcional de do Hospital de Lamego. Resende deixará de ter um hospital com características de cuidado de pessoas agudizadas porque deixará de ter especialidades, três médicos um ortopedista tendo em conta a particularidade da região porque tem uma população envelhecida porque nem vão ser internados em Lamego têm de ir para Vila Real porque é o que trata de cuidados diferenciados. Sugiro que o Dec.Lei N.º 157/99 define as características do Centro de Saúde, Unidade de urgência e unidade de acamados. Mostrou um gráfico no portal da saúde reiteramos a opinião que é um grande perda para Resende, o Doutor Wosman de Lamego corrobora o que nós temos dito, o Director também é da nossa opinião. Resende está

a sofrer um duro golpe.”-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “A exposição que a senhora enfermeira fez, é digna da Assembleia Municipal de Lamego. Foi o anterior governo que projectou dividir Portugal em zonas, Resende manifestou a sua vontade em ficar ligado ao Porto. Nós não temos transportes públicos para Viseu, nem para Vila Real. Tudo leva a crer que em breve, serão definidas as regiões de saúde e tudo aponta que pertenceremos à região do Baixo Tâmega. Futuramente Resende, através Ponte da Ermida e Baião ficará a poucos minutos do Hospital de Vale do Sousa. Resende ao nível cuidados diferenciados e alguns agudos pretende pertencer à região do Baixo Tâmega/Amarante/Penafiel/Santo António. Noventa e oito por cento dos nosso doentes pertencem ao Porto. Só quis completar a sua informação. Este assunto é decisivo temos que sensibilizar o Presidente da Câmara que queremos pertencer ao Porto, porque não temos transportes. Temos que ir acompanhando o assunto.”-----

Doutor Jaime Alves: “Chegaram-me alguns descontentamentos dos habitantes das freguesias de São Martinho de Mouros, Paus e Barrô e São João de Fontoura, que se prendem com o boato que ira ser retirado o posto de Correios existente em São Martinho de Mouros, o que dará um grande transtorno às populações lá existentes. Um outro assunto era que nos têm chegado a casa convites, para a inauguração de diversas obras mas esses ditos convites vêm assinados por “Engenheiro António Borges” e não como Presidente da Câmara.”-----

Doutora Teresa Pais: “A questão apresentada pelo sr. deputado Joaquim Correia, e não ponho em causa os montantes apresentados, põe em causa a situação dos avençados. A responsabilidade que a Câmara tem para com eles, não é a mesma que tem para com os funcionários, são pessoas que foram contratados para programas decorrentes de candidaturas e ou para cumprir determinados objectivos. A título de exemplo, refiro a “Rede Social”, onde se conseguiu produzir um excelente trabalho de diagnóstico dos problemas sociais, que mais afectam o nosso concelho. Este programa ao permitir a contratação de um técnico fez avançar imenso um campo, em que tudo estava por fazer. As pessoas trabalham e não têm as mesmas regalias que têm os funcionários da câmara, como por exemplo gozar a licença de maternidade. Sempre que se abre uma avença é para desenvolver determinado tipo de trabalho e faz-se com critérios, em nome do desenvolvimento do concelho, não são “tachos”. Quanto ao hospital a senhora enfermeira apoia-se em Decretos-Leis que denomina, mas esquece-se do principal, que é o “PRACE”, o qual veio determinar as novas orientações de reorganização e de racionalização dos serviços e dos equipamentos, de acordo com as NUTS, devemos enquadrar-nos neste contexto.”-----

Senhor Joaquim Correia: “Em resposta à intervenção da Sr.^a deputada Teresa Pais, devo dizer que “tachos” é uma palavra que não pronunciei. A única pessoa que a pronunciou foi a senhora. Também nunca disse que o número de avençados era maior que no passado. Poderão perfeitamente ser menos mas ganhar muito mais. Além disso, com os do quadro continuaríamos a ter vencimentos e se calhar reestruturação de carreiras e promoções. Portanto, não pronunciei tais termos, assim como nunca foi essa a minha intenção.”-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “Os contratados que refere são técnicos qualificados. E deve ser levada em conta essa qualificação. Quando assumi pela primeira vez o cargo de vereador desta Câmara, os únicos técnicos qualificados eram o Engenheiro Janela Pires, a Engenheira Elita, o Doutor Pinto e o Doutor Sala. O Senhor Presidente da Câmara para os empreendimentos que quis desenvolver teve que contratar mais técnicos e este pormenor muito importante.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Devemos articular ideias. Relativamente às estradas reconheço que são problemas do Concelho. Saibam que em Anreade e S.Cipriano há uma estrada que não teve intervenções em trinta e seis anos. Lembro-lhes que temos em beneficiação a rede viária municipal para recuperarmos o tempo perdido. Neste momento está a concurso a via Resende-Felgueiras-Ponte de Cavalari e paulatinamente iremos resolver o

problema. Estivemos trinta e tal anos sem intervenções e o pavimento desgastou-se e por isso temos que ter um trabalho constante a tapar buracos. Daqui a um ano e meio falamos nestas matérias. As estradas que estamos a beneficiar estão já equipadas com rede de drenagem de valetas e estou convencido que as estradas não estão nem muito melhores nem muito piores do que quando cheguei à Câmara, lembro que temos quarenta quilómetros a serem beneficiados. Depois do muito que já fizemos no Concelho mantemos o endividamento líquido que recebemos. Temos ainda capacidade de endividamento, ao contrário de outras câmaras. No mandato anterior ao meu o quadro de pessoal da Câmara aumentou sessenta por cento. As verbas a que se refere são enquadradas nos POC, Estágios Profissionais, Escola a Tempo Inteiro, Museu Municipal, Rede Social, Espaço Internet e os técnicos afectos a esses serviços e equipamento são pagos por diversos Ministérios ou outras entidades. É muito provável que no próximo ano essa rubrica possa subir, devidos às actividades de enriquecimento curricular do primeiro ciclo: Natação, Inglês e Música, situação que me dá grande satisfação. Quando nos atacam façam mea culpa, nunca fui carteiro, nem servi de correio a ninguém. Em relação ao Hospital de Lamego o país está a mudar, há uma reestruturação ao nível público. A rede de equipamentos de saúde posiciona-se de maneira diferente do que há vinte anos. Há um enorme conservadorismo e procura-se avaliar a situação actual como vinte ou trinta anos atrás. Quem me dera a mim ter em Resende um Centro de Saúde a valer sete milhões de contos. O que há hoje é uma nova forma de abordar a saúde e as unidades centrais têm mais serviços de qualidade. A CCDRN propôs a mudança NUTTS 3 e eu recusei, porque coloquei as questões da saúde como argumento, para não mudarmos de NUTTS neste momento. Relativamente à questão dos CTT de São Martinho de Mouros a questão está a ser tratada com a Junta de Freguesia, irá protocolar os serviços com o CTT. Em Caldas de Aregos havia um posto de CTT, durante uma hora ou duas por dia e queriam fechá-lo, para o evitar passa a Câmara prestamos todo o tipo de serviço postal, pagamentos de reformas etc., depois o CTT é que nos paga. O local onde o CTT funciona, irá mudar para o posto de turismo, e estará sempre aberto. Quando entendo que a Câmara pode ajudar estou sempre disponível.”-----

Senhor Joaquim Correia:“Tenho vindo a reparar que por parte de algumas pessoas aqui intervenientes existe uma presunção de verdade e de saber absoluto. Houve de minha parte ataques políticos? É verdade; Mas não passou disso e sempre dentro do respeito pelas pessoas. Quanto aos termos carteiros, limpeza de espírito, engolir e dilates, e isto que fique registado em acta, não são palavras minhas, mas sim de alguém que interveio e as pronunciou nesta assembleia.”-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1 – Apreciação da informação escrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

INFORMAÇÃO À Assembleia Municipal de Resende-----

Nos termos da al. e) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com alteração introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresento informação que diz respeito ao período decorrido desde a última Assembleia Municipal em Junho passado.-----

1. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA-----

Continua em curso o processo de informatização e modernização dos Serviços.-----

2. SANEAMENTO BÁSICO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA-----

2.1. No âmbito das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro:-----

2.1.1. Está em construção da nova ETAR de Caldas de Aregos-----

2.1.2 Continua em adjudicação o subsistema do Balsemão – rede de abastecimento (preço

- base global 1.800.000€):-----
- Linha adutora Lamego – Resende;-----
 - Linha adutora Resende – Cinfães;-----
 - Reservatório R3 (Resende);-----
 - Reservatório R5 (Felgueiras);-----
 - Reservatório R7 (S. Romão de Aregos);-----
 - Câmara de Carga CC2 (Feirão) -----

2.2 Redes de abastecimento de água e saneamento nas freguesias de:-----

- Barrô – Continuam os trabalhos de conclusão das redes na freguesia;-----
- Cárquere - 2ª fase – Continuam os trabalhos;-----

3. EDUCAÇÃO, ANIMAÇÃO E CULTURA-----

- Centro Escolar de S. Martinho de Mouros - Estão a decorrer os trabalhos;-----

4- ACÇÃO SOCIAL-----

- Centro de Noite e Apoio Social de S. Romão – Estão concluídos os trabalhos da 1ª fase; Foi adjudicada a 2ª fase;-----
- Foram abertas as propostas do Centro de Noite e Apoio Social de Felgueiras -----

5. DESPORTO-----

- Pavilhão Desportivo de Freigil – estão em curso os trabalhos;-----
- Pavilhão Desportivo de Anreade – estão a decorrer os trabalhos;-----
- Praia Fluvial de Caldas de Aregos – estão a decorrer os trabalhos;-----
- Arranjo da zona envolvente da Ponte da Lagariça – Foi inaugurado no início do mês de Julho;-----
- - Arranjo da zona envolvente à Ponte da Panchorra – Foi inaugurado no dia 17/09/2006.----

6 - REQUALIFICAÇÃO URBANA E VIAS MUNICIPAIS-----

- Requalificação do Centro Histórico de S. Martinho de Mouros – estão a decorrer as obras;---
- Estão a decorrer as obras de beneficiação da rede viária municipal contemplando drenagens e novos pavimentos nas seguintes vias:-----
- E.N. 222 - (Massorra) - Porto de Rei - E.N. 222 (junto à escola primária de S. Martinho de Mouros) – Estão concluídos os trabalhos;-----
- E.N. 222 - Barracão - S. Martinho de Mouros - Vila Verde - Limites do Concelho, estão em curso os trabalhos;-----
- E.N. 222 - Lages - Córdova - S. Martinho de Mouros – estão em concurso os trabalhos - E.N. 222 - Anreade - S. Romão - S. Cipriano – tiveram início os trabalhos;-----
- Está em concurso (as propostas vão ser abertas no dia 30 de Outubro próximo) a adjudicação da pavimentação da estrada municipal – Resende – Ponte de Cavalari.-----
- Está a ser elaborado pelo GAT de Lamego o projecto de abertura da estrada desde o Pavilhão de S. Martinho de Mouros à E.N. 222 (lugar das Quelhas).-----
- Foi já marcado no terreno o arruamento – Centro de Saúde – Ponte de Fornelos.-----

Assinado o protocolo para a beneficiação das seguintes estradas:-----

- Ligação entre Carril, Louredo, S. Cipriano, Freigil e EN 222;
- Ligação entre Resende - Cárquere e Cárquere - S. Romão;

7 - PARQUE EMPRESARIAL DE ANREADE -Está em fase terminal a apreciação na

DGOTDU – Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano o Plano Pormenor da Zona Empresarial de Anreade. Aguarda-se parecer do INAG.

8- OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA-----Estão em curso obras de saneamento e pavimentação em várias freguesias

9- SITUAÇÃO FINANCEIRA-----

Receita – 6.694.348,01 euros-----

Despesa Cabimentada – 13.654.111,22 euros-----

Despesa Paga – 6.128.189,70 euros-----

Paços do Município, 19 de Setembro de 2006 O Presidente da Câmara,(Eng.º António Borges)-----

Relativamente a este ponto foram registadas as seguintes intervenções:-----

Doutor Jaime Alves: “Gostaria de questionar relativamente ao ponto número cinco que é o do Desporto, se o Pavilhão de São Martinho de Mouros servirá o Centro Escolar. E para o pavilhão de São Cipriano ou o de Freigil como irão ser transportados as crianças.”-----

Doutora Teresa Pais: “Do presente documento ressalto o ponto sete, porque vejo com agrado, a publicação no Diário da Republica do Plano de Pormenor da Zona Empresarial de Anreade. Uma batalha que vinha já da altura em que era Presidente da Assembleia Municipal a Doutora Fernanda Araújo, demorou muito tempo mas chegou, em Setembro de dois mil e seis. Este é um dos motivos que nos faz andar e ter gosto pela política, quando sentimos que participamos na construção de algo.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Com tudo o que estamos a fazer no concelho fico perplexo com os espíritos miudinhos com que as pessoas colocam os problemas. Queria prepará-los para a questão da água que vem para o Concelho, porque vamos ser abastecidos por Rede em Alta e as estradas vão ser remexidas para colocar os adutores. Relativamente aos Centros Escolares o de São Martinho de Mouros está em construção, o de Resende já dispõe de projecto e local de construção, o de São Cipriano ainda não tem projecto concluído. As freguesias de Freigil e Anreade foram beneficiadas com pavilhões desportivos, por uma questão de sociabilidade da população. Não gosto de falar antes do tempo a estrada nacional duzentos e vinte e dois-dois está no plano rodoviário nacional há cinquenta anos. Estamos a discutir políticas municipais. Isto já aconteceu com todos os partidos. Tenho uma estratégia que virá à Assembleia Municipal a seu devido tempo. Relativamente ao Plano Director Municipal, só o tempo de revisão tem um processo que demora cerca de seis anos. Se forem verificar o processo vêem o tempo que demoramos a tratar desta questão.”-----

Presidente da Junta de Freguesia de Freigil: “Continua o Pavilhão de Freigil a perturbar muita gente. Há vinte ou trinta anos atrás não perturbava porque para se dar um pontapé numa bola tinha que ser na estrada . O Pavilhão de Freigil será para as freguesias limítrofes, estará sempre aberto, para a juventude usufruir dele.”-----

Senhor Jaime Alves: “Ainda bem que não falo antes do tempo. Era bom que desse um conselho ao Jornal de Resende. Este sim é que falou antes do tempo, ou seja em Outubro no ano dois mil.”-----

Tomado conhecimento.-----

2 - FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – Sobre este assunto foi presente a seguinte proposta:”Considerando que o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº287/2003, de 12 de Novembro procedeu à delimitação de intervalos de taxas a aplicar em cada ano para efeitos de Imposto Municipal sobre Imóveis, no que respeita a prédios urbanos e prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI.-----

-----De acordo com a alínea f) do Artigo nº53ºda Lei nº 169/99, de 16 de Setembro, compete à assembleia municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara, fixar anualmente o valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis

incidente sobre prédios urbanos.-----
-----De acordo com o nº 4 do artigo 112º do CIMI, compete à Assembleia Municipal a fixação das taxas referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis, a que se referem as alíneas b) e c) do nº 1 do mesmo artigo.-----

-----O Município terá de comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até 30 de Novembro, a deliberação da Assembleia Municipal que fixe as taxas em causa, em conformidade com o nº8 do artigo nº 112 do CIMI.-----

-----Para além do mais, e de novo este ano, verifica-se que o imposto cobrado é de valor idêntico ao de anos anteriores, contrariando todas as expectativas de aumento relevante.-----

Proponho:Que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a fixação das seguintes taxas para efeitos do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2007:Prédios urbanos: 0,8%, Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,5%.-----
Paços do Município, 29 de Agosto de 2006.O Presidente da Câmara (Engº António Borges)”.-----

Os Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Senhor Professor António Marques e Doutor Alexandre Correia, apresentaram a seguinte proposta alternativa: “

Atendendo a que temos tido conhecimento de muitos casos de municípios, onde este imposto se traduziu num aumento significativo em relação ao antigo Imposto Municipal; Atendendo a que em 17/08/2004 e 15/11/2005 subscrevemos propostas em reunião de Câmara Municipal, no sentido de se realizar um estudo no Concelho, fazendo inclusive algumas simulações, no sentido de se deliberar uma Taxa, que fosse mais ou menos idêntica ao que pagava com o antigo Imposto Municipal; **Propomos** Que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a fixação das seguintes Taxas para efeitos do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2007: Prédios Urbanos: = 0,4%; Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI = 0,2%.”-----

Sobre este assunto o **Senhor Presidente da Câmara** disse: “ Apresento a proposta deste ano com todos os argumentos do ano passado, inclusive com mais um. Que não tem havido aumentos relevantes deste imposto, ao contrário da ideia que alguns têm feito passar.”-----

Submetidas as propostas à votação, pela respectiva ordem de apresentação, foram apurados os seguintes resultados:-----

Primeira - Aprovada por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro votos dos Senhores Vereadores do Partido Socialista um voto do Senhor Presidente da Câmara e dois votos contra dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata.-----

Segunda – Não aprovada, com cinco votos contra, sendo quatro votos dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e um voto do Senhor Presidente da Câmara e dois votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata.-----

Deliberado, por maioria, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara e remeter a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

Relativamente a esta matéria foram registadas as seguintes intervenções:-----

Professor Joaquim Rodrigo: “Se estão recordados, na última sessão em que esta matéria foi tratada apresentamos argumentos que nos levaram a votar contra a colocação no limite superior das taxas de IMI e IMT. Assim, e em coerência mantemos o que dissemos na Assembleia anterior. Mais ainda, Resende é um dos muito poucos concelhos do Distrito de Viseu que cobra a taxa máximo. Achamos que as taxas não deviam ser as máximas e, se a saúde financeira da Câmara está de boa saúde, como diz o Senhor Presidenta da Câmara, não precisamos de ir buscar mais dinheiro aos contribuintes. Por tudo isto o grupo do PSD irá votar contra.”-----

Doutora Teresa Pais: “Já pressupunha que votariam nesse sentido. No entanto, segundo me constou, não se registaram em média aumentos significativos, nas contribuições por habitante desde o ano passado, permitindo concluir que as coisas se mantiveram ao nível do ano

anterior. Porém, assistimos nesta assembleia municipal, sessão após sessão, à bancada do PSD a votar a favor de todas as construções que se pretendem realizar, sendo que sempre que são votados impostos, votam contra. Expliquem-me como é possível a realização de obras sem dinheiro. Nós não praticamos uma política “light”. Temos uma liderança, uma estratégia e assumi-la, e os impostos fazem parte da política distributiva. Vamos votar a favor.”-----

Professor Joaquim Rodrigo: “Já que a Doutora Teresa falou na entrevista do senhor Aznar, também ouviu o ex-primeiro ministro espanhol dizer que uma das formas que utilizou para desenvolver a economia espanhola foi, precisamente, a de baixar os impostos por forma a potenciar o lucro das empresas lucro esse que foi utilizado para novos investimentos que geraram mais riqueza e postos de trabalho. Os Impostos têm de existir mas não no tecto máximo.”-----

Submetida a proposta à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte cinco votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Bancada do Partido Socialista e um voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ovadas e dez votos contra da Bancada do Partido Social Democrata.-----

3 - DERRAMA - PROPOSTA: -Sobre este assunto foi presente a seguinte proposta: “Considerando que a Câmara habitualmente vem pedindo o lançamento de derrama de 10% sobre a colecta do Imposto de Rendimento de Pessoas Colectivas – IRC (nos termos do n.º 1 do artigo 18º da Lei das Finanças Locais).-----

-----Considerando que o Município tem em curso um elevado volume de investimentos nas diversas áreas de actuação, que obrigam a um grande esforço financeiro, há necessidade de se efectuar o lançamento da derrama para o reforço da capacidade financeira.-----

-----Considerando que o Município terá de comunicar o lançamento da derrama, até 31 de Outubro.-----

Proponho: Que a Câmara Municipal delibere aprovar o lançamento da derrama para o ano de 2007, igual à do ano em curso (10%) sobre a colecta do IRC, e solicite à Assembleia Municipal a sua autorização para lançamento, nos termos da alínea f) do nº2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.-----

Paços do Município, 29 de Agosto de 2006. Presidente da Câmara (Eng.º António Borges)”.---

Aprovada a proposta por unanimidade e remeter a mesma à Assembleia Municipal para apreciação.-----

Professor Joaquim Rodrigo: “As razões que nos levaram a votar contra o ponto anterior são as mesmas que orientarão o nosso sentido de voto para a proposta de lançamento da Derrama para 2007. Acrescentando ainda que, segundo o Boletim do Contribuinte, há dezassete Concelhos no Distrito de Viseu que não aplicam a Derrama. Entendo que os dez por cento, que corresponde ao valor máximo, são exagerados, De certeza que era possível colocar essa taxa em cinco por cento, o que permitiria aos comerciantes de Resende amealhar mais alguns euros.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Houve um congelamento nas transferências dos fundos municipais, um aumento no IVA, mais descontos para a Caixa Geral de Aposentações. Com a inflação compramos com mais euros os mesmos litros de gasolina. Os que podem pagar que paguem, para os que mais precisam. Este imposto representa cerca de vinte mil euros para o Município, o que não é significativo Acho que num Concelho como o nosso devíamos ir buscar mais para os que não podem pagar. Tenho que confrontar com anos anteriores, excepção feita em anos de eleições que se esqueciam de trazer a esta Assembleia Municipal os impostos. Quando falo dos carteiros, as cartas vêm de gente com muitas posses. Quando chega um grande empreiteiro ou uma pessoa com grandes propriedades, são esses que têm que pagar.”-----

O Senhor Professor Joaquim Rodrigo: ” Efectivamente a máquina fiscal não funciona bem. Aí estou de acordo com o senhor Presidente da Câmara. Mas é exactamente por isso que acho

que a Autarquia não devia optar por fixar a Derrama no limite máximo, pois quem acaba por pagar são sempre os mesmos que, por serem honestos, são sempre os mesmos sacrificados.”-----

Submetida a proposta à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte cinco votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Bancada do Partido Socialista e um voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ovadas e dez votos contra da Bancada do Partido Social Democrata.-----

4 - PROPOSTA -TOPONIMIA-----

Considerando que existem diversos arruamentos desta Vila de Resende sem denominação, entre os quais ressaltam os a seguir indicados:-----

- 1- Entre a Rua Dr. Nunes da Ponte e a Rua Egas Moniz;-----
- 2- Entre a Rua Dr. Nunes da Ponte e o arruamento indicado no n.º 1;-----
- 3- Entre o arruamento da Fazenda (o que entronca com a Rua da Escola Preparatória), e a Rua de S. Salvador;-----
- 4- Entre a Rua de S. Salvador e a Urbanização da Igreja;-----
- 5- Entre a Rua Professor Engenheiro Edgar Cardoso e a Rua da Ermida;-----

Considerando que há figuras ilustres que merecem, e muito, ser homenageadas, pelo serviço prestado em prol dos munícipes de Resende;-----

PROPONHO, apesar da competência respectiva (al. v) do n.º 1 do art. 64.º da Lei n.º 169/99, de 18/09), se encontrar em mim delegada, que a Câmara Municipal delibere aprovar a denominação dos arruamentos já indicados e por aquela mesma ordem, da seguinte forma e pelos motivos a seguir aduzidos, do que deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal:-----

-Rua Dr. Eurico Esteves - em homenagem ao senhor Dr. Eurico da Silva Esteves, médico, natural da Freguesia de Anreade, deste Concelho (1908/1966), cuja vida foi inteiramente dedicada ao serviço do povo de Resende e cuja actividade desenvolveu sempre em prol dos mais necessitados;-----

- Rua Dr. Jaime Magalhães – em homenagem ao senhor Dr. Jaime de Oliveira Magalhães, médico, nascido na Freguesia de Anreade, deste Concelho (1898/1978). Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Resende, grande defensor das Termas de Caldas de Aregos, onde foi Director Clínico, e um grande exemplo de desprendimento e de serviço ao povo de Resende;-----

- Rua Dr. Amadeu Sargaço - em homenagem ao senhor Dr. Amadeu da Fonseca Sargaço, advogado, natural da Freguesia de Paus, deste Concelho (1922/1998). Foi Presidente da Câmara Municipal de Resende de 1960 a 1972. Profissionalmente muito conceituado na região, foi sempre um exemplo de abertura e tolerância;-----

- Rua Padre António Martins Teixeira - em homenagem ao senhor Padre António Martins Teixeira, natural da Freguesia de Touro, Concelho de Vila Nova de Paiva, sempre dedicado às gentes do Concelho de Resende e à promoção da educação e do ensino;-----

- Rua Dr. Vítor Cardoso - em homenagem ao senhor Dr. Francisco Vítor Cardoso, médico, natural da Freguesia de S. João de Fontoura, deste Concelho, também ligado às artes e à preservação do património concelhio. É sempre com grande dedicação que presta ajuda aos doentes de Resende.-----

Paços do Município de Resende, 2006-08-29.O PRESIDENTE DA CÂMARA, (Eng.º António Borges)-----

Sobre este assunto o **Senhor Vereador Professor Marques** disse: “Em primeiro lugar começo por dizer que quanto às personalidades propostas não temos nada a dizer porque consideramo-los “Homens Ilustres de Resende” e como tal, merecedores da distinção proposta. Em segundo lugar gostava de referir que na Reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 21/09/2004 foi deliberado o seguinte: A) Mudar a Rua Professor Edgar Cardoso para rua Professor Engenheiro Edgar Cardoso; B) Retirar a alínea b) da proposta

referida no dia 21/09/2004, em que o Senhor Presidente da Câmara propunha que a Assembleia Municipal constituísse “um grupo de trabalho, com vista ao estudo e sugestão dos nomes a atribuir às vias sem denominação”; foi deliberado por unanimidade o seguinte texto: “Tendo o Senhor Presidente da Câmara dito que eram aceites sugestões sobre o assunto, para realização de uma próxima reunião”, Esta seria uma reunião informal para concertações de posições? Entendo por isso, e como transitei da outra Câmara como Vereador, que o Senhor Presidente da Câmara faltou ao compromisso que assumiu em 21/09/2004.”-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu: “Era só o que faltava se tivesse que pedir ao Senhor Vereador para fazer propostas sobre a toponímia, e caso não estivesse de acordo com as apresentadas, que apresentasse outros nomes. Devo dizer-lhe que não há falha de nenhum compromisso, tanto mais que até foi o Doutor Brito de Matos, na altura Vereador, que se opôs a que o assunto transitasse para a Assembleia Municipal com o argumento, com o qual concordei, de que se tratava de competências da Câmara. Daí este assunto nunca ter seguido para a Assembleia. O Senhor Vereador tem aqui neste momento todo o espaço para concertar comigo, apresentando sugestões, ficando-lhe bem corrigir a sua linguagem”-----

Vereador Professor António Marques: “Referiu que o não fazia porque tinha muito respeito pelas pessoas enunciadas na proposta e que o Senhor Presidente da Câmara, porque não honrou o tal compromisso até merecia pela sua posição e palavras que tal acontecesse.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Pelos vistos o Senhor Vereador Professor Marques ficou incomodado por ter apresentado esta proposta”-----

Aprovada por unanimidade, e remeter a Assembleia Municipal para conhecimento.-----

Doutor Pedro Cardoso: “Gostaria de realçar o espírito democrático daquele que com quem tive a oportunidade de conviver, o Doutor Amadeu Sargaço. Era um homem muito inteligente e muito pragmático, tornou-se ilustre em Resende, não menosprezando os outros. É interessante abandonar o estigma, e homenagear também quem está vivo.”-----

Senhor Jaime Alves: “Relativamente a este assunto na acta número dezanove do ano de dois mil e quatro, constam duas alíneas que eram para ser composto um grupo de trabalho. Na altura teve a oposição do Doutor Brito de Matos porque a ideia era uma primeira avaliação, e era uma competência da Câmara, realmente foi o referido pelo Doutor Brito de Matos e essa proposta ficou pelo caminho. Trata-se de uma sensibilidade que todos temos que ouvir. Longe de mim colocar aqui em causa as pessoas ilustres que foram referenciadas. Em meu nome pessoal acho que teria sido justo dar outra relevância ao Doutor Brito de Matos dentro deste processo.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “A história irá naturalmente resolver essa sua observação. Numa situação tão fresca, podia haver pessoas, que perante a proximidade dos factos pusessem por em causa essa situação.”-----

Enfermeira Elsa Rodrigues: “Concordo com o Doutor Pedro, neste momento o Doutor Brito de Matos não tem carácter político. Há que reconhecer que se uma pessoa tiver o seu nome numa rua, se irá sentir orgulhoso.”-----

Tomado conhecimento.-----

5 - ALTERAÇÃO ÀS NORMAS REGULADORAS DA ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS À CRIAÇÃO DE GADO TRADICIONAL – Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor: Considerando que nas normas reguladoras da atribuição de incentivos à criação de gado tradicional – Raça Arouquesa, que se encontram em vigor, está prevista, aquando da realização anual de uma concentração de produtores proprietários de animais daquela raça, a atribuição, por uma única vez e por animal, de um prémio de 100€ aos mesmos; Considerando que a prática aconselha que sejam estabelecidos certos limites à atribuição daquele incentivo, por forma a que o objectivo das normas não saia desvirtuado; PROPONHO que a Câmara Municipal, usando da

competência a que se refere a al. l) do n.º 2 do art. 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprove a alteração às normas reguladoras da atribuição de incentivos à criação de gado tradicional, que anexo. Desta alteração deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal.-----

NORMAS REGULADORAS DA ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS -----
À CRIAÇÃO DE GADO TRADICIONAL – RAÇA AROUQUESA ALTERAÇÃO ----

2- Condições para atribuição daqueles incentivos:-----

- a) -----
b) Ser proveniente de exploração registada no SNIRB (Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos) e estar ele próprio registado, **à data da candidatura, há pelo menos três meses em nome do produtor candidato ao incentivo**, e todos os seus movimentos serem regulares; -----
c) -----
d)-----

3- Limite à atribuição do incentivo previsto na al. a) do número um :-----

a) O produtor candidato ao incentivo não poderá receber mais do que o equivalente ao número de fêmeas reprodutoras presentes na sua exploração, com excepção para o caso de partos gemelares.-----

4- A candidatura aos incentivos deverá ser apresentada, na situação da al. -----

a) do número 1, aquando da inscrição **na concentração de produtores de bovinos**, enquanto que no caso da al.-----

b) daquele mesmo ponto, no dia do abate, de harmonia com o ponto seguinte:-----

4.1- (anterior 3.1)-----

5- (anterior n.º 4)-----

Aprovado por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.-----

Submetido o documento à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

6 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA CRECHE E INFANTÁRIO “MIMINHO”: - Presente a

proposta do Senhor Vice-Presidente e Vereador da Acção Social do seguinte teor:

“PROPOSTA: Regulamento Interno de Funcionamento da Creche e Infantário –

Alteração - Considerando que constitui uma tarefa importante da Autarquia promover o desenvolvimento e evolução da criança, em estreita colaboração com a família, o que certamente passará pelo atendimento personalizado das mesmas, num clima de estabilidade física e afectiva; Considerando que, para esse efeito, este Município criou a creche “O Miminho”, já em funcionamento desde 2004, altura em que foi elaborado o seu Regulamento Interno de Funcionamento; Considerando que aquele estabelecimento só acolhe crianças até aos 36 meses de idade, idade em que as mesmas podem inscrever-se e matricular-se em estabelecimento de educação pré-escolar da rede pública (jardim de infância); Considerando que só existem dois estabelecimentos de educação pré-escolar nesta Vila de Resende e que algumas daquelas crianças não têm acesso aos mesmos, por inexistência de vaga, o que poderá acarretar um corte no desenvolvimento psico-social dessas crianças, para além de que poderá ficar a família desprotegida, sem saber como conciliar o trabalho e a educação da(s) criança(s); Considerando que uma das formas de evitar a situação passará pela existência de uma terceira sala, afecta ao “Miminho”, destinada a acompanhar as crianças que não tenham acesso a estabelecimento de educação pré-escolar, com preferência para as que frequentaram a Creche Municipal; PROPONHO que a Câmara Municipal, aprove a alteração ao Regulamento Interno, agora da Creche e Infantário “O Miminho”, que anexo, acompanhado da respectiva republicação, e a submeta à apreciação da Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da al. a) do n.º 6 do art. 64.º, conjugado com a al. a) do n.º 2 do art. 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Paços do Município de Resende, 2006-08-

16.”O Senhor Presidente da Câmara concordou e despachou o assunto à reunião do executivo.
Aprovada por unanimidade e submeter a aprovação da Assembleia Municipal.-----
Submetido o Regulamento à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

7 – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO DOURO SUL: - Foi presente a proposta de alteração de Estatutos da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, para aprovação e para ser submetido a posterior apreciação da Assembleia Municipal;-----
O Senhor Vereador Professor António Marques questionou qual iria ser a mudança.-----
Senhor Presidente da Câmara: “ Esta mudança tem a ver com a legislação que mudou. A Associação foi fundada em mil novecentos e noventa e sete e nunca enquadrou na força da Lei. Os estatutos não estavam actualizadas. É a conformação com a Lei.”-----
Aprovado por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para apreciação.-----
Submetido o documento à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

8 - REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MULTIUSOS “ CELEIRO DE AREGOS” - Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor: Considerando que: O Pavilhão Multiusos “Celeiros de Arêgos”, pela sua polivalência que nele possam decorrer os mais variados eventos, constituindo mais um espaço cultural que visa desenvolver e facilitar o acesso à cultura, à informação, à educação e ao lazer; O objectivo principal deste equipamento foi a realização de actividades públicas, promovidos pela Autarquia, de forma individual ou em parceria com outras entidades, mas as suas características e a necessidade de procurar rentabilizar o investimento efectuado, aconselham que a utilização daquele pavilhão seja aberta também à sociedade civil, uma vez que esta nem sempre dispõe no Concelho de locais apropriados, públicos ou privados, para a realização de eventos que, embora de carácter privado, exigem condições e espaços adequados para o efeito; Se torna essencial a existência de um conjunto de normas e princípios a que deve obedecer essa utilização, de modo a que a sua utilização se processe de uma forma correcta e racional, ou seja, do Regulamento de Utilização e a previsão das taxas respectivas. **PROPONHO que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, alíneas a) e b) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção), e al. i) do art. 20.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, aprove o Regulamento de Utilização do Pavilhão Multiusos “Celeiro de Aregos”, em anexo, bem como a alteração ao art. 57.º da Tabela de Taxas, Tarifas e Outros Preços, que também anexo, e os submeta à apreciação da Assembleia Municipal para aprovação, nos termos das al.s a) e e) do n.º2 do art. 53.º do citado Decreto-Lei n.º 169/99, sendo que os considerandos atrás invocados constituirão a “Nota Justificativa” do Regulamento. Paços do Município de Resende, 2006-09-01 O Presidente da Câmara (Eng.º António Borges)”-----
Aprovado por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.-----
Submetido o Regulamento à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----**

9 - REGULAMENTO ORGÂNICO E QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO - PROPOSTA: -----
Relativamente a este assunto foi presente a proposta que se transcreve:-----
Decorridos cerca de dois anos e meio desde a entrada em vigor do Regulamento Orgânico e Quadro de Pessoal, mostrou a experiência ser necessário fazer alguns ajustes e alterações, de modo adaptar os serviços à realidade do Município, pelo que, no essencial, resultará a extinção da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e a inclusão das suas atribuições na Divisão de Manutenção e Obras Municipais, a qual passará a designar-se Divisão de Obras e Planeamento Urbanístico. A nova realidade do Concelho de Resende, também, justifica esta alteração, nomeadamente, a gestão do Auditório Municipal e o Celeiro de Caldas de Arêgos. Assim, nos termos do disposto no n.º 1 do Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 06 de Abril, com as alterações

introduzidas pela Lei n.º 44/85 de 13 de Setembro, conjugado com as alíneas n) e o) do n.º 2 do Artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se à Câmara Municipal de Resende, que aprove e submeta à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a alteração do Regulamento Orgânico e Quadro de Pessoal do Município de Resende. Resende, 13 de Setembro de 2006 O Presidente da Câmara (Eng.º António Borges)”.-----

O presente regulamento encontra-se apenso à minuta.-----

Senhor Presidente da Câmara: “Esta será uma fusão da Divisão de Obras Municipais e da Divisão de Planeamento Urbanístico. iremos proceder a um encolhimento da estrutura por força da aposentação de um Chefe de Divisão.”-----

Vereador Professor António Marques: “Face às relações que o Senhor presidente apontou para a redução de seis para cinco divisões, também concordo com o que disse. No entanto parece-me que a Divisão agora proposta irá ficar com um conjunto muito alargado de competências. Por vezes ouvimos falar em ministros e super ministros. Neste caso particular também pudemos dizer que vai haver divisões e uma super-divisão. Espero por isso, que no futuro não aconteçam constrangimentos por este facto.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Com este instrumento que agora temos aqui, existe uma melhoria de procedimentos.”-----

Aprovado por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação.-----

Professor Joaquim Rodrigo: “Gostaria de ser esclarecido do porquê da alteração, em termos funcionais, racionais e económicos.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Nas organizações criamos as estruturas em função da competência e das pessoas, os serviços da Câmara melhoraram muito, assim como a responsabilidade dos mesmos. Houve freguesias inteiras que foram infraestruturadas com o trabalho de funcionários do Município. Quanto à estrutura municipal demos passos consistentes para a sua melhoria. Defendo claramente a reforma dos recursos que são ineficazes no estado, no entanto temos que salvaguardar os direitos dos funcionários. A gestão documental foi realizada tendo em vista a melhoria dos serviços intermédios, mas para além das máquinas temos as pessoas. Na actualidade, por força da reforma de um Chefe de Divisão pudemos encolher a estrutura dirigente da Câmara. Há processos de melhoria de funcionamento dos serviços. Os funcionários muitos deles, são como vocês, falham no dia-a-dia. Quando somos demasiados exigentes não é um funcionário que atingimos, mas uma estrutura toda.”-----

Doutora Teresa Pais: “Relativamente a esta questão, é nossa convicção que em qualquer organização há sempre necessidade de redimensionar os recursos humanos, tendo em conta até a evolução da tecnologia, que permite soluções mais eficientes. O actual processo de gestão inclui agora novos equipamentos para serem geridos, como o Auditório Municipal e o Pavilhão Multiusos “Celeiro de Arêgos”. -----

Senhor Presidente da Câmara: “Ninguém pense que a Câmara não tem que reavaliar o processo. Mais de setenta por cento dos funcionários só tem a escolaridade obrigatória. Não devemos comprometer o futuro.”-----

Submetido o documento à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Por fim, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Resende, deu por encerrada a sessão, eram dezanove horas, tendo sido aprovados em minuta os assuntos que tinham sido submetidos, pela Câmara Municipal, a esta sessão da Assembleia.-----

E eu, _____, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa, dos Assuntos Culturais e Desportivos da Câmara Municipal, a subscrevi e assino.-----
